

ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
GAB. VER. LÉO MORAES

PROJETO DE RESOLUÇÃO/SUBSTITUTIVO

/2013.

**"Altera dispositivo da Resolução nº  
254/CMPV-91, REGIMENTO INTERNO,  
e dá outras providências".**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**, no uso  
de suas atribuições que lhe confere o art.28, alínea "f" da Resolução nº 254, de 11 de  
outubro de 1991 - Regimento Interno,

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou  
e eu na qualidade de seu Presidente promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO:**

**Art. 1º.** Ficam alterados os §§ 1º e 2º do art. 58, da Resolução nº 254, de  
11 de outubro de 1991 – REGIMENTO INTERNO.

**Art. 58 - (...)**

**"§ 1º** Nas deliberações do plenário o voto será público em todas as  
matérias a ele submetidas a sua apreciação."

**"§ 2º** O voto será obrigatoriamente nominal e público no caso de  
julgamento do Prefeito e de Vereador".

**Art. 3º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Porto Velho, 22 de outubro de 2013.

**Vereador DIM DIM  
-PSL-**

**Ana Maria Negreiros**  
Vereadora PMDB  
2ª Vice-Presidente

**Léo Moraes**  
Vereador Líder do PTB

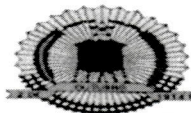
**Fátima Ferreira**  
Vereadora - PT  
Câmara Municipal de Porto Velho

**Adécio da TV**  
Vereador PP

**Jose Wildes**  
Vereador do PT

Rua Belém, nº. 139, Bairro Embratel-CEP: 78905-135 Telefone: (069) 3217- 8056

**Everaldo Fogaça**  
Vereador - PTB



ESTADO DE RONDÔNIA  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CAMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GAB. VER. LÉO MORAES**

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Com a Constituição Federal de 1988, o Município Brasileiro posicionou-se em patamares ímpares aos demais municípios de todas as outras federações do Mundo.

O Mestre em Direito Público pela UFMG, José Nilo de Castro nos ensina que: "O regimento constitucional, respeitante à autonomia municipal, imprimiu ao Município feição inovadora ao lhe assegurar o poder de auto-organização, cuja regência se faz por Lei Orgânica, promulgada pela Câmara Municipal, incumbência constitucional irrecusável e indeclinável da Edilidade, que é o Poder Legislativo Municipal".

O Vereador, como legítimo representante de sua comunidade, ao formular o seu voto em determinadas matérias, quando a votação é secreta, deixa de atender ao que a sua comunidade anseia, para atender interesse pessoal, entretanto, ao se pronunciar faz declarações de que está ao lado do povo, mas em sendo a votação "secreta" nunca se sabe a quem ele realmente atendeu.

Daí se faz necessário que quando dá apreciação de cassação de mandato de vereador, a votação seja nominal, como já está estabelecido no art. 155, § 4º, V, da Resolução nº 254, de 11 de outubro de 1991 – Regimento Interno.

Esperamos contar com o apoio dos Senhores Vereadores para aprovação desta matéria.

Câmara Municipal de Porto Velho, 22 de outubro de 2013.

**Vereador DIM DIM**  
**-PSL-**

Ana Maria Negreiros  
 Vereadora PMDB  
 2º Vice-Presidente

Léo Moraes  
 Vereador/PTB

Itima Ferreira  
 Vereadora - PT  
 Municipal de Porto Velho

Rua Belém, nº 139, Bairro Embratel-CEP: 78905-135 Telefone: (069) 3217- 8056

Everaldo Fogaça  
 Vereador - PTB

Rose Mendes  
 Vereadora do PT

Cláudio da Costa  
 Vereador/PC do B

Marcio Paes do  
 Amaral  
 Vereador/PSB

Aécio da TV  
 Vereador PP